

ISABEL LOUREIRO (ORG.)

ROSA LUXEMBURGO

textos escolhidos

ISABEL LOUREIRO (ORG.)

ROSA LUXEMBURGO
textos escolhidos

Tradução e apresentação: Isabel Loureiro

1ª edição

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2009

Copyright © 2009, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho e Ricardo Nascimento Barreiros*

Projeto gráfico diagramação e capa: *ZAP Design*.

Foto da capa: *Acervo Instituto Rosa-Luxemburg-Stiftung*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R788 Rosa Luxemburgo textos escolhidos / Isabel Loureiro
(org.); , tradução e apresentação de Isabel Loureiro
--1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular :
2009.
152p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-7743-129-8

1. Luxemburgo, Rosa, 1870-1919. 2. Rosa Luxemburgo –
Textos escolhidos. I. Loureiro, Isabel, 1952-. II. Título.

CDD 320.5315
320.531092

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2009

EDITORIA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3105-9500

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

Sumário

Apresentação	7
Reforma social ou revolução? (1899)	11
Questões de organização da social-democracia russa (1904).....	37
Greve de massas, partido e sindicatos (1906)	47
A acumulação do capital (1913)	67
A crise da social-democracia (brochura de Junius) (1916)	77
A Revolução Russa (1918).....	101
O que quer a Liga Spartakus? (1918).....	119
Nosso programa e a situação política (31 de dezembro de 1918)	131

Esta brochura foi um marco na carreira de Rosa Luxemburgo. Ela alcançou um sucesso extraordinário na social-democracia alemã e internacional, fazendo com que a jovem polonesa de 28 anos passasse a ser admirada por seu talento polêmico e respeitada pelo conhecimento que demonstrava da teoria marxista.

Prefácio

À primeira vista o título desta obra pode surpreender. *Reforma social ou revolução?* Pode então a social-democracia ser *contra* as reformas sociais? Ou pode ela *opor* a revolução social, a transformação da ordem existente, que constitui a sua finalidade, às reformas sociais? Certamente que não. A luta cotidiana prática por reformas sociais, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e de trabalhar no sentido de atingir o objetivo final: a conquista do poder político e a abolição do sistema de assalariamento. Para a social-democracia existe uma conexão indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução: a luta pelas reformas sociais constitui o *meio*, mas a revolução social constitui o *fim*.

É na teoria de Eduard Bernstein, tal como ele a expôs em seus artigos sobre os “Problemas do socialismo”, publicados na *Neue Zeit* em 1896-1897, e principalmente no seu livro intitulado *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* que encontramos pela primeira vez essa oposição dos dois fatores do movimento operário. Praticamente toda essa teoria só tende a aconselhar a renúncia à transformação social, objetivo final da social-democracia, e a fazer, ao contrário, da reforma social – simples *meio* na luta de classes – o seu *fim*. É o próprio Bernstein

que formula de modo mais claro e mais característico o seu ponto de vista, quando escreve: “Para mim, o objetivo final, qualquer que seja ele, não é nada; o movimento é tudo”.

Mas, como o objetivo final do socialismo é o único fator decisivo que distingue o movimento social-democrata da democracia burguesa e do radicalismo burguês, o único fator que transforma todo o movimento operário, de um inútil trabalho de remendão para salvar a ordem capitalista, numa luta de classe contra essa ordem, pela sua abolição, a questão “reforma ou revolução?”, tal como a põe Bernstein, equivale para a social-democracia à questão “ser ou não ser”. Na controvérsia com Bernstein e seus partidários, todos no partido devem compreender claramente que não se trata deste ou daquele método de luta, do emprego desta ou daquela *tática*, mas da própria *existência* do movimento socialista.

[Não se poderia insultar mais grosseiramente, desprezar mais completamente a classe trabalhadora do que afirmar que as discussões teóricas são somente coisa de “acadêmicos”. Lassalle disse uma vez: só quando a ciência e o trabalhador, esses dois polos opostos da sociedade, se unirem, é que eles afastarão, com seus braços poderosos, todos os obstáculos no caminho da civilização. Todo o poder do movimento operário moderno repousa sobre o conhecimento teórico.]²

Mas, no caso em questão, é duplamente importante para os operários o conhecimento desse fato, porque é precisamente deles e de sua influência no movimento operário que se trata aqui, porque é sua própria pele que é levada ao mercado. A corrente oportunista, cuja teoria foi formulada por Bernstein, nada mais é que uma tentativa inconsciente de garantir no partido o predomínio dos elementos pequeno-burgueses que a ele aderiram, e de remodelar a política e os fins do partido de acordo com a sua concepção. Vista

² Este parágrafo não consta da segunda edição, de 1908, revista por Rosa Luxemburgo, base da presente tradução.

de outra perspectiva, a questão da reforma social e da revolução, do objetivo final e do movimento, é a questão do *caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário*.

Berlim, 18 de abril de 1899

Rosa Luxemburgo

PRIMEIRA PARTE³

O método oportunista

Se as teorias não passam de imagens dos fenômenos do mundo exterior na consciência humana, é preciso acrescentar, em todo o caso, no que concerne à teoria de Eduard Bernstein, que às vezes são imagens invertidas. Uma teoria da instituição do socialismo pelas reformas sociais – depois da completa estagnação do movimento pelas reformas sociais na Alemanha; do controle da produção pelos sindicatos – depois da derrota dos metalúrgicos ingleses; da conquista da maioria no Parlamento – depois da revisão da Constituição saxônica e dos atentados contra o sufrágio universal! Mas o pivô da teoria de Bernstein não está, a nosso ver, em sua concepção das tarefas práticas da social-democracia, mas sim no que diz ele do curso do desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista, e que aliás se relaciona estreitamente com a sua concepção das tarefas práticas da social-democracia.

Segundo Bernstein, um colapso geral do capitalismo aparece como cada vez mais improvável, de um lado, porque o sistema capitalista manifesta uma capacidade de adaptação cada vez maior e, de outro, porque a produção se diferencia cada vez mais. A capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se, segundo

³ Crítica dos artigos de Bernstein publicados na *Neue Zeit* 1896-1897, com o título de “Problemas do socialismo”.

Bernstein, em primeiro lugar no desaparecimento das *crises* gerais, graças ao desenvolvimento do sistema de crédito e das organizações patronais, das comunicações e do serviço de informações; segundo, na permanência tenaz das classes médias, como consequência da diferenciação crescente dos ramos de produção, e da elevação de grandes camadas do proletariado ao nível da classe média; em terceiro lugar, enfim, na melhoria da situação econômica e política do proletariado, como resultado da luta sindical.

Para a sua luta prática, decorre, do que ficou dito, a conclusão geral de que não deve a social-democracia dirigir a sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária, e da instituição do socialismo, não como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e da aplicação gradual do princípio das cooperativas.

O próprio Bernstein nada vê de novo na sua teoria. Ao contrário, julga-a de conformidade tanto com certas declarações de Marx e Engels, quanto com a política geral da social-democracia. Contudo, parece-nos difícil negar que as concepções de Bernstein estejam, de fato, em contradição absoluta com as concepções do socialismo científico.

Se o revisionismo de Bernstein consistisse apenas em afirmar que a marcha do desenvolvimento capitalista é muito mais lenta do que se pensa em geral, isso, de fato, não teria outra consequência que o adiamento da conquista do poder pelo proletariado, com a qual, até agora, todos concordavam; resultaria, no máximo, numa diminuição do ritmo da luta.

Mas não é esse o caso. Não é a rapidez do desenvolvimento da sociedade capitalista que Bernstein põe em causa, mas a marcha desse desenvolvimento mesmo, e por conseguinte da passagem ao regime socialista.

Se a teoria socialista afirmava até agora que o ponto de partida da transformação socialista seria uma crise geral e catastrófica,

é preciso, a nosso ver, distinguir, a respeito, duas coisas: a ideia fundamental que essa teoria contém e sua forma exterior.

A ideia consiste na afirmação de que o regime capitalista, devido às suas próprias contradições internas, prepara por si mesmo o momento em que tem de ser desmantelado, em que se tornará simplesmente impossível. Que se tenha considerado esse momento sob a forma de uma crise comercial geral e catastrófica, não deixa de ser de importância inteiramente secundária para a ideia fundamental, embora houvesse para isso muito boas razões.

Baseia-se o fundamento científico do socialismo, como é sabido, em *três* resultados principais do desenvolvimento capitalista: primeiro, na *anarquia* crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo, na *socialização* crescente do processo de produção, que cria os germes do regime social futuro, e terceiro, no poder crescente da *organização e da consciência de classe* do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução.

É o *primeiro* desses três pilares fundamentais do socialismo científico que Bernstein suprime, pretendendo que o desenvolvimento capitalista não se encaminha para um *crack* econômico geral.

Mas, com isso, não é apenas uma determinada *forma* do desmoronamento do regime capitalista que ele rejeita, é o próprio desmoronamento. Diz textualmente:

Poder-se-ia objetar que, quando se fala do colapso da sociedade atual, se tem em vista outra coisa que uma crise comercial geral e mais forte que as outras, isto é, um colapso completo do sistema capitalista, que seria consequência de suas próprias contradições. — E a isso responde ele — Com o desenvolvimento progressivo da sociedade, um colapso completo e mais ou menos simultâneo do sistema de produção atual se torna cada vez mais improvável, porque, com ele, aumenta, de um lado, a capacidade de adaptação e, do outro — ou por isso mesmo —, a diversificação da indústria.⁴

⁴ *Neue Zeit*, 1897/1998, v.18, p. 555.

Mas então se põe a questão capital: nesse caso, como e por que havemos de chegar, em geral, à finalidade de nossas aspirações? Do ponto de vista do socialismo científico, a necessidade histórica da revolução socialista manifesta-se antes de tudo na anarquia crescente do sistema capitalista, anarquia essa que o leva a um impasse. Mas se admitirmos com Bernstein que o desenvolvimento capitalista não conduz à sua própria ruína, então o socialismo deixa de *ser objetivamente necessário*. Dos alicerces da explicação científica do socialismo só restam, então, os outros dois resultados do regime capitalista, isto é: a socialização do processo de produção e a consciência de classe do proletariado. É também o que Bernstein tem em vista quando diz:

O ideário socialista, com isso (com a supressão da teoria do colapso – RL), nada perde de sua força persuasiva. Porque, se os examinarmos atentamente, que são os fatores todos por nós enumerados, de supressão ou modificação das crises antigas? Na verdade, nada mais que condições, e até mesmo, em parte, germes de socialização da produção e da troca.⁵

Basta contudo um pouco de atenção para que se compreenda que essa conclusão é igualmente falsa. Em que consiste a importância dos fenômenos caracterizados por Bernstein como meios de adaptação capitalista, isto é, dos cartéis, sistema de crédito, desenvolvimento dos meios de comunicação, melhoria da situação da classe operária etc.? Manifestamente, em que eles suprimem, ou pelo menos atenuam, as contradições internas da economia capitalista e impedem o desenvolvimento e o agravamento destas. Assim, a supressão das crises significa supressão do antagonismo entre a produção e a troca na base capitalista, a melhoria da situação da classe operária, quer como classe operária, quer na medida em que algumas de suas frações penetram na classe média, significa atenuação do antagonismo entre capital e trabalho. Mas se os cartéis, o sistema de crédito, os sindicatos etc., suprimem assim as

⁵ *Idem*, p. 554.

contradições capitalistas e se, por conseguinte, salvam da ruína o sistema capitalista, se permitem ao capitalismo conservar-se em vida – é por isso que Bernstein os chama de “meios de adaptação” –, como podem eles, ao mesmo tempo, ser “condições e mesmo, em parte, germes” do socialismo? Manifestamente, só no sentido de exprimirem eles, com maior clareza, o caráter social da produção. Mas, conservando-a na sua *forma* capitalista, tornam supérflua, inversamente, nessa mesma medida, a transformação dessa produção socializada em produção socialista. Eis porque só podem ser germes ou condições do regime socialista em sentido teórico, e não em sentido histórico, isto é, são fenômenos que, nós o *sabemos* em virtude de nossa concepção do socialismo, lhe são afins mas, de fato, não só não conduzem à revolução socialista, como a tornam, ao contrário, supérflua. Portanto, resta apenas a consciência de classe do proletariado como fator do socialismo. Mas nesse caso esta também não é o simples reflexo intelectual das contradições crescentes do capitalismo e de sua derrocada próxima, uma vez que os meios de adaptação a impedem, mas um simples ideal, repousando sua força de persuasão unicamente nas perfeições que lhe são atribuídas.

Em suma, chegamos assim a uma explicação do programa socialista por intermédio da “razão pura”, o que quer dizer, em linguagem mais simples, uma explicação idealista, ao passo que desaparece a necessidade objetiva do socialismo, isto é, a fundamentação do socialismo por meio da marcha do desenvolvimento material da sociedade. A teoria revisionista está diante de um dilema: ou a transformação socialista é, como em geral se admitia até agora, consequência das contradições internas da ordem capitalista, e então, ao mesmo tempo que ela, se desenvolvem igualmente as suas contradições, resultando daí que o seu colapso de uma forma ou outra, é inevitável, num momento dado, e nesse caso os “meios de adaptação” são ineficazes e a teoria do colapso é justa. Ou então os “meios de adaptação” são realmente de natureza a impedir um

colapso do sistema capitalista e, por conseguinte, tornar o capitalismo capaz de se conservar com vida, portanto de suprimir as suas contradições; mas, nesse último caso, o *socialismo* deixa de ser uma necessidade histórica, e será então o que se queira, menos o resultado do desenvolvimento material da sociedade.

Esse dilema leva a outro: ou o revisionismo tem razão no que diz respeito à marcha do desenvolvimento capitalista, e a transformação socialista da sociedade não passa de utopia, ou, então, o socialismo não é utopia, e logo a teoria dos “meios de adaptação” é errada. *That is the question*, essa é a questão.

SEGUNDA PARTE⁶

Desenvolvimento econômico e socialismo

[...] No tocante a esta questão decisiva – a anarquia na economia capitalista –, o próprio Bernstein não nega as crises parciais e nacionais, mas só as grandes crises gerais. Nega com isso muito da anarquia, reconhecendo apenas um pouquinho dela. Segundo Bernstein, na economia capitalista – para falar como Marx – dá-se o mesmo que com aquela virgem tonta e seu filho “que era muito pequenininho”. Mas a infelicidade, nesse caso, é que para coisas tais como a anarquia, o pouco e o muito são igualmente ruins. Se Bernstein reconhece a existência de um pouco de anarquia, o próprio mecanismo da economia mercantil providencia o aumento colossal desta anarquia – até o colapso. Mas se, mantendo-se o regime da produção de mercadorias, Bernstein espera transformar gradualmente em harmonia e ordem esse pouco de anarquia, mais uma vez vem ele cair num dos erros mais fundamentais da economia burguesa vulgar, que considera o modo de troca independente do modo de produção.

⁶ Crítica do livro de Bernstein *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*.

Não vem ao caso mostrar aqui em toda a sua amplitude a surpreendente confusão de que Bernstein dá prova em todo o seu livro, no que concerne aos princípios mais elementares da economia política. Mas há um ponto a que somos levados pela questão fundamental da anarquia capitalista, e que é preciso esclarecer em poucas palavras.

Bernstein declara uma simples abstração a *lei do valor-trabalho* de Marx, o que constitui evidentemente uma injúria em economia política. Mas se o valor-trabalho é uma simples abstração, “uma construção do espírito”, todo cidadão normal que fez o serviço militar e paga regularmente os impostos tem o mesmo direito que Karl Marx de fazer de qualquer disparate uma “construção do espírito”, tal como a lei do valor.

Marx tem o mesmo direito de desprezar as qualidades das mercadorias até se tornarem elas puras encarnações de qualidades de simples trabalho humano, como têm os economistas da escola Boehm-Jevons de fazer abstração de todas as qualidades das mercadorias exceto a utilidade delas (pp. 41-42).

Por conseguinte, o trabalho social de Marx e a utilidade abstrata de Menger são exatamente a mesma coisa para Bernstein: uma pura abstração. Esquece-se completamente, entretanto, de que a abstração de Marx não é uma invenção, e sim uma descoberta, que não existe na cabeça de Marx e sim na economia mercantil, que não tem existência imaginária, e sim existência social real, tão real que pode ser cortada e martelada, pesada e cunhada. Sob sua forma desenvolvida, não é o trabalho abstrato, humano, descoberto por Marx, outra coisa senão o *dinheiro*. E é esta precisamente uma das mais geniais descobertas econômicas de Marx, ao passo que, para toda a economia política burguesa, do primeiro mercantilista ao último dos clássicos, a essência mística do dinheiro permaneceu um enigma insolúvel.

Ao contrário, a utilidade abstrata de Boehm-Jevons não é efetivamente mais do que uma construção do espírito, ou melhor,

uma representação do vazio intelectual, um disparate individual, pelo qual não pode ser responsabilizada nem a sociedade capitalista e nem qualquer outra sociedade humana, mas exclusivamente a própria economia vulgar burguesa. Com essa “construção do espírito”, podem Bernstein, Boehm e Jevons, com toda a comunidade subjetivista, continuar ainda por 20 anos, em face do mistério do dinheiro, sem chegar a outra solução senão a já encontrada, sem eles, por qualquer sapateiro, isto é, que o dinheiro também é coisa “útil”.

Com isso, Bernstein perdeu completamente qualquer compreensão da lei do valor de Marx. Para alguém que esteja familiarizado, por pouco que seja, com a doutrina econômica de Marx, é absolutamente evidente que, sem a lei do valor, toda a doutrina permanece inteiramente incompreensível, ou, mais concretamente falando, se não se compreende a essência da mercadoria e de sua troca, toda a economia capitalista, com todos os seus encadeamentos, deve necessariamente permanecer um enigma insolúvel.

Mas qual a chave mágica que permitiu precisamente a Marx penetrar os segredos mais íntimos de todos os fenômenos capitalistas, resolver, como que brincando, problemas que os maiores espíritos da economia burguesa clássica, tais como Smith e Ricardo, nem mesmo vislumbravam? Nada mais, nada menos que a concepção de toda a economia capitalista como *fenômeno histórico*, não só como a compreendeu, no melhor dos casos, a economia clássica – quanto ao passado da economia feudal –, mas também quanto ao *futuro socialista*. O segredo da teoria do valor de Marx, de sua análise do dinheiro, de sua teoria do capital, da taxa de lucro e, por conseguinte, de todo o sistema econômico atual, está no caráter transitório da economia capitalista, no seu colapso, e, por conseguinte – este é apenas o outro aspecto –, no *objetivo final socialista*. É precisa e unicamente porque Marx considerava em primeiro lugar como socialista, isto é, de um *ponto de vista histórico*, a economia capitalista, que pôde decifrar os seus hieróglifos, e é porque fez

do ponto de vista socialista o *ponto de partida* da análise científica da sociedade burguesa que pôde, por sua vez, dar ao socialismo uma base científica.

É por este padrão que se devem medir as observações feitas por Bernstein no fim de seu livro, em que se queixa do “dualismo” “que se pode acompanhar através de toda a obra monumental de Marx”,

dualismo esse que consiste em querer a obra ser um estudo científico e ao mesmo tempo provar uma tese completamente elaborada muito antes de sua redação, em ter por base um esquema que continha de antemão o resultado a que se queria chegar. A volta ao *Manifesto comunista* (isto é, ao objetivo final socialista! – RL) mostra aqui que há um resto de utopismo no sistema de Marx (p. 177).

Mas o “dualismo de Marx” nada mais é que o dualismo do futuro socialista e do presente capitalista, do capital e do trabalho, da burguesia e do proletariado, o monumental reflexo científico do *dualismo que existe na sociedade burguesa, das oposições burguesas de classe*.

E se Bernstein vê nesse dualismo teórico de Marx “um resto de utopismo”, só faz com isso confessar ingenuamente que nega o dualismo histórico da sociedade burguesa, os antagonismos de classe capitalistas, e que o próprio socialismo é hoje para ele “uma sobrevivência do utopismo”. O “monismo”, isto é, a unidade de Bernstein, é a unidade da ordem capitalista eterna, a unidade do socialista que renunciou ao seu objetivo final, para ver na sociedade burguesa una e imutável o fim do desenvolvimento humano.

Mas se Bernstein não vê na própria estrutura econômica do capitalismo a divisão, o desenvolvimento em direção ao socialismo, então ele se vê forçado, para salvar pelo menos em aparência o programa socialista, a recorrer a uma construção idealista, exterior ao desenvolvimento econômico, e a transformar o próprio socialismo, de determinada fase histórica do desenvolvimento social que é, em um “princípio” abstrato.

Eis porque o “princípio do cooperativismo”, fraca decantação da finalidade socialista, com que Bernstein quer enfeitar a economia capitalista, aparece como concessão de sua teoria burguesa, feita, não ao futuro socialista da sociedade, mas ao passado socialista do próprio Bernstein.

Sindicatos, cooperativas e democracia política

[...] Assim como os sindicatos e cooperativas são pontos de apoio econômicos, assim também é um desenvolvimento progressivo da *democracia* a principal condição *política* da teoria revisionista. Para o revisionismo, as atuais manifestações da reação não passam de “sobressaltos” que ele considera fortuitos e momentâneos, e que não leva em conta na elaboração das diretrizes gerais da luta operária.

Segundo Bernstein, a democracia é etapa inevitável do desenvolvimento da sociedade moderna, que se lhe afigura, como aos teóricos burgueses do liberalismo, ser a grande lei fundamental do desenvolvimento histórico, devendo todas as forças ativas da vida política servir para a sua realização. Mas, sob essa forma absoluta, tal conclusão é completamente errônea, não passando de uma vulgarização superficial, pequeno-burguesa, dos resultados de uma curta fase do desenvolvimento burguês, dos últimos 25 a 30 anos. Se examinarmos de perto o desenvolvimento da democracia na história e, ao mesmo tempo, a história política do capitalismo, chegaremos a conclusões totalmente diversas.

Quanto ao primeiro ponto, encontramos a democracia nas mais diversas formações sociais: nas sociedades comunistas primitivas, nos Estados escravagistas da antiguidade, nas comunas medievais. Assim, também encontramos o absolutismo e a monarquia constitucional nos mais diversos regimes econômicos. Por outro lado, o capitalismo nascente, como produção de mercadorias, dá origem a constituições democráticas nas comunas urbanas da Idade Média; mais tarde, em sua forma mais desenvolvida, como produção ma-

nufatureira, encontra na monarquia absoluta a forma política que lhe corresponde. Por fim, como economia industrial desenvolvida, produz sucessivamente na França a república democrática (1793), a monarquia absoluta de Napoleão I, a monarquia nobiliária do tempo da Restauração (1815-1830), a monarquia constitucional burguesa de Luís Felipe, e depois, de novo, a república democrática, e em seguida, mais uma vez, a monarquia de Napoleão III, e enfim, pela terceira vez, a república. Na Alemanha, a única instituição verdadeiramente democrática, que é o sufrágio universal, não é conquista do liberalismo burguês, e sim um instrumento para a fusão dos pequenos Estados, e, por conseguinte, só nesse sentido tem importância para o desenvolvimento da burguesia alemã, que em tudo mais se contenta com uma monarquia constitucional semifeudal. Na Rússia, longos anos prosperou o capitalismo sob o regime do absolutismo oriental, sem que tivesse a burguesia manifestado o mínimo desejo de ver introduzida a democracia. Na Áustria, o sufrágio universal apareceu principalmente como tábua de salvação para a monarquia em vias de decomposição. E por fim, na Bélgica, a conquista democrática do movimento operário – o sufrágio universal – ocorre em incontestável conexão com a fraqueza do militarismo, por conseguinte, com a situação geográfico-política particular da Bélgica; sobretudo, o “pouco de democracia” foi conquistado, não pela burguesia, mas *contra* ela.

O progresso ininterrupto da democracia, que, para o nosso revisionismo como para o liberalismo burguês, se apresenta como a grande lei fundamental da história humana, ou pelo menos da história moderna, é, por conseguinte, se o examinarmos atentamente, uma invenção. Não se pode estabelecer, entre o desenvolvimento capitalista e a democracia, qualquer conexão geral absoluta. A forma política resulta sempre do conjunto dos fatores políticos – internos e externos – e dentro de seus limites cabem todos os graus da escala, desde a monarquia absoluta até a república democrática.

Portanto, se temos de renunciar a estabelecer uma lei histórica geral do desenvolvimento da democracia, mesmo nos quadros da sociedade moderna, voltando-nos apenas para a fase atual da história burguesa, ainda aqui constataremos, na situação política, fatores que não conduzem à realização do esquema bernsteiniano, mas, antes ao contrário, ao abandono, pela sociedade burguesa, das conquistas até aqui realizadas.

Por um lado, as instituições democráticas esgotaram completamente o seu papel no desenvolvimento da sociedade burguesa, o que é da maior importância. Na medida em que foram necessárias à fusão dos pequenos Estados e à criação dos grandes Estados modernos (Alemanha, Itália), atualmente já não são mais indispensáveis. Nesse ínterim, o desenvolvimento econômico produziu uma deformação orgânica interior.

O mesmo se pode dizer no tocante à transformação de toda a máquina político-administrativa do Estado, de mecanismo feudal ou semifeudal, em mecanismo capitalista. Essa transformação, que historicamente foi inseparável do desenvolvimento da democracia, também já está hoje tão completamente realizada que os “ingredientes” puramente democráticos da sociedade, o sufrágio universal, a forma republicana de Estado, poderiam ser suprimidos sem que a administração, as finanças, a organização militar necessitassem voltar às formas anteriores à Revolução de Março [de 1848].

Se o liberalismo é essencialmente supérfluo para a sociedade burguesa, por outro lado ele tornou-se, em importantes aspectos, diretamente um obstáculo. Aqui, é preciso ter em conta dois fatores que dominam toda a vida política dos Estados atuais: o *imperialismo* (*Weltpolitik*)⁷ e o *movimento operário* – não passando ambos de dois aspectos diferentes da fase atual do desenvolvimento capitalista.

⁷ Por *Weltpolitik* [política mundial] entende-se a política imperialista inaugurada por Guilherme II e que na Alemanha levou a reforçar o armamento terrestre e naval.

O desenvolvimento da economia mundial, o agravamento e generalização da concorrência no mercado mundial fizeram do militarismo e do navalismo (Marinismus), na qualidade de instrumentos do imperialismo, um fator decisivo da vida dos grandes Estados, tanto externa quanto interna. Mas se o imperialismo e o militarismo representam uma tendência *ascendente* da fase atual do capitalismo, logicamente deve a democracia burguesa evoluir em linha *descendente*. [...]

É na verdade muito simples a solução do problema: do fato de ter o liberalismo burguês exalado o seu último suspiro, de medo do movimento operário crescente e de seus objetivos finais, resulta apenas que hoje é precisamente o movimento operário socialista o *único* apoio da democracia, que não pode haver outro apoio e que não é o destino do movimento socialista que está ligado à democracia burguesa, mas, ao contrário, é o destino do desenvolvimento democrático que está ligado ao movimento socialista; que a democracia não vai sendo viável na medida em que a classe operária renuncia à sua luta emancipadora, mas, ao contrário, na medida em que o movimento socialista se torna suficientemente forte para lutar contra as consequências reacionárias do imperialismo e da deserção burguesa; que quem deseja reforçar a democracia deve desejar igualmente o reforço, e não o enfraquecimento, do movimento socialista, e que, renunciando aos esforços socialistas, renuncia tanto ao movimento operário quanto à própria democracia.

A conquista do poder político

O destino da democracia, já o vimos, está ligado ao do movimento operário. Trata-se agora de saber se o desenvolvimento da democracia torna supérflua ou impossível uma revolução proletária, no sentido da tomada do poder de Estado, da conquista do poder político.

Bernstein liquida essa questão, pesando minuciosamente os aspectos bons e maus da reforma e da revolução, mais ou menos

da mesma forma como se pesam a canela e a pimenta numa cooperativa de consumo. No curso legal do desenvolvimento, vê a ação da inteligência; no curso revolucionário, a do sentimento; no trabalho reformista, um método lento; na revolução, um método rápido de progresso histórico; na legislação, uma força metódica; na sublevação, uma força elementar.

Há muito que se sabe que o reformador pequeno-burguês vê em todas as coisas um lado “bom” e um “mau”, e que colhe uma espiga em cada seara. Mas também se sabe há muito que o verdadeiro curso dos acontecimentos muito pouco se preocupa com as combinações pequeno-burguesas e que o amontoado cuidadosamente reunido do “lado bom” de todas as coisas imagináveis no mundo desmorona ao primeiro tranco. Com efeito, vemos funcionar na história a reforma legal e o método revolucionário, movidos por causas muito mais profundas que as vantagens ou inconvenientes de um ou outro método.

Na história da sociedade burguesa, a reforma legal serviu para reforçar progressivamente a classe ascendente até esta ter se sentido bastante forte para se apossar do poder político e suprimir todo o sistema jurídico existente, construindo outro. Bernstein, que fulmina contra a conquista do poder político, classificando-a de teoria blanquista da violência, tem a infelicidade de considerar erro blanquista o que há séculos constitui o eixo e a força motriz da história humana. Desde que existem sociedades de classes, e que a luta de classes constitui o conteúdo essencial da história delas, a conquista do poder político foi sempre a finalidade de todas as classes ascendentes, como também o ponto de partida e o coroamento de todas as épocas históricas. É o que constatamos nas longas lutas do campesinato contra os financistas e contra a nobreza, na Roma antiga, nas lutas do patriciado contra o alto clero e nas dos artesãos contra os patrícios nas cidades medievais, assim como nas da burguesia contra o feudalismo, nos tempos modernos.

Portanto, a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de progresso histórico, que se podem escolher à vontade no refeitório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim *fatores* diferentes no desenvolvimento da sociedade de classes, condicionados um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente, como, por exemplo o polo Norte e o polo Sul, a burguesia e o proletariado.

E com efeito, em qualquer época, a constituição legal é apenas um *produto* da revolução. Enquanto a revolução é o ato de criação política da história de classes, a legislação é a expressão política da sociedade que continua vegetando. O trabalho legal de reforma não contém nenhuma força motriz própria, independente da revolução; prossegue em cada período histórico somente na direção que lhe foi dada pelo impulso da última revolução e enquanto esse impulso se faz sentir, ou, mais concretamente falando, somente *no quadro* da forma social criado pela última revolução. Este é precisamente o núcleo da questão.

É inteiramente falso e a-histórico representar-se o trabalho legal de reforma unicamente como a revolução desdobrada no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não se distinguem pela *duração*, mas pela *essência*. Todo o segredo das revoluções históricas mediante a utilização do poder político reside precisamente na transformação de simples modificações quantitativas em uma nova qualidade ou, mais concretamente falando, na passagem de um dado período histórico, de uma dada forma de sociedade, a outra.

Eis porque quem quer que se pronuncie a favor do método das reformas legais, *em vez de* e *em oposição* à conquista do poder político e à revolução social, não escolhe, na realidade, um caminho mais tranquilo, mais calmo e mais lento, levando ao mesmo fim, mas escolhe um fim *diferente*: em vez da instauração de uma nova ordem social, escolhe modificações superficiais na antiga ordem. Assim, partindo das concepções políticas do revisionismo, a con-

clusão é a mesma a que se chegou tendo partido de suas teorias econômicas, isto é, que no fundo elas não tendem à realização da ordem *socialista*, mas unicamente à reforma da ordem *capitalista*, não tendem à supressão do sistema de assalariamento, mas à diminuição da exploração, em suma, à supressão dos tumores do capitalismo e não do próprio capitalismo. [...]

Se para a burguesia a democracia tornou-se supérflua ou mesmo incômoda, ela é, em contrapartida, necessária e indispensável à classe operária. É necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas (administração autônoma, direito de voto etc.) que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas.

Em suma, a democracia é indispensável não porque torne *supérflua* a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, porque torna *necessária* essa tomada do poder e só ela a torna *possível*. Quando, em seu prefácio à *Luta de classes na França*, Engels fez uma revisão da tática do movimento operário moderno, opondo a luta legal às barricadas, não tratava – *como fica claro em cada linha desse prefácio* – da conquista definitiva do poder político, mas da luta cotidiana atual; não tratava da atitude do proletariado em relação ao Estado capitalista no momento da tomada do poder, mas da sua atitude *no quadro* do Estado capitalista. Resumindo, Engels dava diretivas, não ao proletariado vitorioso, mas ao proletariado *oprimido*.

Ao contrário, a célebre frase de Marx sobre a questão agrária na Inglaterra, “é provável que se resolvesse o problema mais facilmente comprando as terras dos *landlords*”, frase em que Bernstein também se baseia, não se relaciona à atitude do proletariado antes, e sim depois da vitória. Porque evidentemente só pode compreender-se a compra dos bens das classes dominantes se a classe operária

estiver no poder. Era o *exercício pacífico da ditadura proletária* a eventualidade que Marx encarava, e não a substituição da ditadura pelas reformas sociais capitalistas.

Tanto para Marx quanto para Engels, a necessidade mesma da conquista do poder político pelo proletariado sempre esteve fora de dúvida. Estava reservado a Bernstein ver no poleiro do parlamentarismo burguês o órgão indicado para realizar a mais formidável transformação da história mundial: a conversão das formas *capitalistas* em formas *socialistas* de sociedade.

Mas Bernstein começou sua teoria apenas exprimindo o temor e advertindo o proletariado para que não chegue *cedo demais* ao poder! Deveria então o proletariado, segundo Bernstein, deixar a sociedade burguesa no estado em que está, e sofrer uma terrível derrota. O que sobretudo se conclui desse temor é que, caso o proletariado chegasse ao poder, uma só conclusão “prática” deveria ele tirar da teoria de Bernstein: ficar dormindo. Mas, com isso, tal teoria se julga a si mesma sem mais uma concepção que condena o proletariado à inação nos momentos mais decisivos da luta, e, por conseguinte, à traição passiva à sua própria causa.

Com efeito, nosso programa seria um miserável farrapo de papel, se não nos servisse para *todas* as eventualidades e em *todos* os momentos da luta, e isso pela sua *aplicação*, e não pelo seu abandono. Se nosso programa consiste na formulação do desenvolvimento histórico da sociedade do capitalismo ao socialismo, evidentemente deve formular também, em todas as suas características fundamentais, todas as fases transitórias desse desenvolvimento e, por conseguinte, deve poder indicar ao proletariado, a *cada* momento, qual a ação correspondente, no sentido do encaminhamento para o socialismo. Resulta daí que não existe para o proletariado *nenhum momento* em que fosse forçado a abandonar o seu programa ou em que fosse abandonado por ele. [...]

A tomada do poder político pelo proletariado, isto é, por uma grande classe popular, não pode ser provocada artificialmente. Ela

pressupõe, excetuando-se casos como a Comuna de Paris, em que o poder não foi conquistado pelo proletariado como resultado de uma luta consciente de sua finalidade, mas veio cair-lhe nas mãos de modo absolutamente excepcional, como um bem desprezado por todos, ela pressupõe certo grau de maturidade das relações econômicas e políticas. Reside nisso a diferença essencial entre os golpes de Estado blanquistas realizados por uma “minoria ativa” e que explodem como tiros de revólver, de modo sempre inoportuno, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente, conquista essa que por si mesma só pode ser produto da decomposição da sociedade burguesa e traz em si, por este motivo, a legitimação econômica e política de seu aparecimento oportuno.

Por conseguinte, se a conquista do poder político pela classe operária não pode efetuar-se “cedo demais” do ponto de vista das *condições* sociais, deve necessariamente efetuar-se “cedo demais” do ponto de vista do efeito político, da *conservação* do poder. A revolução prematura, cuja ideia só por si impede Bernstein de dormir, ameaça-nos como a espada de Dâmocles, contra o que de nada servem orações e súplicas, transes e angústias. Isso, por duas razões muito simples:

A primeira é que é inteiramente impossível imaginar-se que uma transformação tão formidável como é a passagem da sociedade capitalista à socialista se realize de *uma* só vez, por meio de *um* golpe feliz do proletariado. Considerá-lo possível é, mais uma vez, dar prova de concepções claramente blanquistas. A transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente, sendo de todo provável que, no seu curso, se veja o proletariado mais de uma vez rechaçado, e por tal forma a sua ascensão ao poder, da primeira vez, terá sido necessariamente “cedo demais”, do ponto de vista do resultado final da luta.

Mas, em segundo lugar, a conquista “prematura” do poder de Estado pelo proletariado não poderá ser evitada, porque esses ata-

ques “prematurados” do proletariado constituem um fator, e mesmo um fator muito importante, na criação das condições *políticas* da vitória final. Com efeito só no curso da crise política que acompanhará a tomada do poder, no curso de lutas demoradas e tenazes, o proletariado poderá chegar ao grau de maturidade política que lhe permitirá obter a vitória definitiva da revolução. Assim, os próprios ataques “prematurados” do proletariado contra o poder de Estado são fatores históricos importantes, que contribuem para provocar e determinar o momento da vitória definitiva. *Desse* ponto de vista, a ideia da conquista “prematura” do poder político pelo povo trabalhador aparece como um disparate político, proveniente de uma concepção mecânica do desenvolvimento da sociedade, e pressupõe para a vitória da luta de classes um momento estabelecido *fora e independente* da luta de classes.

Por conseguinte, uma vez que o proletariado não está em condições de apossar-se do poder político a não ser “prematuramente”, ou, em outras palavras, uma vez que é absolutamente forçado a apossar-se dele uma ou várias vezes “cedo demais”, antes de poder conservá-lo definitivamente, a oposição à conquista “*prematura*” do poder nada mais é que uma oposição em geral à *aspiração do proletariado a apossar-se do poder de Estado*.

Assim como todos os caminhos levam a Roma, deste lado também [da teoria de Bernstein] chegamos conseqüentemente ao resultado de que a orientação revisionista de abandonar o *objetivo final* leva a outra orientação, que é a de renunciar ao próprio *movimento* socialista.

O oportunismo na teoria e na prática

[...] É certo que luta de classes proletária e sistema marxista não são historicamente idênticos. Porque houve, *antes* de Marx e independentemente dele, um movimento operário e diversas doutrinas socialistas, que eram, cada uma em seu gênero, a expressão teórica, correspondente às condições da época, da luta emancipa-

dora da classe operária. A fundamentação do socialismo em noções morais de justiça, a luta contra o modo de repartição em vez de ser contra o modo de produção, a concepção dos antagonismos de classe como oposição entre pobres e ricos, o esforço para enxertar o “cooperativismo” na economia capitalista, tudo isso que encontramos no sistema de Bernstein já existia antes dele. E essas teorias, apesar de toda a sua insuficiência, eram, em *seu tempo*, verdadeiras teorias da luta de classes proletária, eram gigantescos sapatos de criança, com que o proletariado aprendeu a caminhar no palco da história.

Mas *depois* que o desenvolvimento da *própria* luta de classes e de suas condições sociais levou ao abandono dessas teorias e à elaboração dos princípios do socialismo científico, não pode existir – pelo menos na Alemanha – socialismo que não seja marxista, luta de classes socialista fora da social-democracia. Doravante, socialismo e marxismo, luta de emancipação proletária e social-democracia são idênticos. Eis porque hoje a volta às teorias socialistas pré-marxistas nem mesmo significa mais a volta aos gigantescos sapatos de criança do proletariado, mas a volta aos chinelos minúsculos e gastos da burguesia. [...]

E não só a doutrina marxista está em condições de refutá-la teoricamente [a teoria de Bernstein], como ainda é a única que pode *explicar* o oportunismo como fenômeno histórico no desenvolvimento do partido. O avanço mundial do proletariado até a vitória não é, com efeito, “coisa tão simples assim”. Toda a peculiaridade desse movimento reside em que, pela primeira vez na história, as massas populares devem por si mesmas impor sua vontade *contra* todas as classes dominantes, mas precisam situar essa vontade para além da sociedade atual, passando por cima dela. Ora, as massas só podem formar essa *vontade* numa luta constante contra a ordem existente, nos quadros desta. A união das grandes massas populares visando a uma finalidade que ultrapassa toda a ordem social existente, a união da luta cotidiana com a grande

reforma mundial, eis o grande problema do movimento social-democrata, que deve conseqüentemente desenvolver-se abrindo caminho entre dois obstáculos: entre o abandono do caráter de massa e o abandono do objetivo final, entre a volta ao sectarismo e a queda no movimento reformista burguês, entre o anarquismo e o oportunismo.

Sem dúvida, a doutrina marxista já há meio século forneceu, de seu arsenal teórico, armas esmagadoras, tanto contra um quanto contra o outro extremo. Mas sendo nosso movimento precisamente um movimento de massa, e como os perigos que o ameaçam não decorrem do cérebro humano, mas das condições sociais, não podia a doutrina marxista, de uma vez por todas, garantir-nos contra os desvios anarquistas e oportunistas. [...]

É assim, e não de outra forma, que pode e deve desenrolar-se o grande movimento proletário, e esses momentos de desânimo e hesitação, longe de constituir surpresa para os marxistas, foram ao contrário há muito previstos e preditos por Marx.

As revoluções burguesas – escrevia Marx há meio século, em *O 18 Brumário* – como as do século 18, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas essas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de sua fase tempestuosa. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século 19, se criticam constantemente a si mesmas, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomêçá-lo outra vez, escarnecem impiedosamente das hesitações, fraquezas e misérias de suas primeiras tentativas, parecem derrubar o adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as

próprias circunstâncias gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* [Rodes é aqui, aqui é preciso saltar!].⁸

Mesmo depois da elaboração da doutrina do socialismo científico, esse trecho permaneceu exato. O movimento proletário nem mesmo se tornou, de uma só vez, social-democrata, nem sequer na Alemanha; ele vai-se encaminhando para lá a cada dia, superando constantemente desvios extremos para a anarquia e o oportunismo, que não passam, um e outro, de fases determinadas do desenvolvimento da social-democracia, considerada como *processo*.

Eis porque não é o aparecimento da corrente oportunista que surpreende, mas, ao contrário, sua fraqueza. Enquanto só se mostrou em casos isolados da atividade prática do partido, podia-se ainda supor que tivesse uma base teórica séria. Mas, agora que se manifestou completamente no livro de Bernstein, só se pode exclamar com espanto: então, é só isso que tem a dizer? Nem sombra de uma ideia original! Nem uma só ideia que já não tenha sido refutada, esmagada, escarnecida, reduzida a zero pelo marxismo, e isso *há* várias décadas!

Bastou que o oportunismo tomasse a palavra para mostrar que nada havia a dizer. E é somente nisso que consiste toda a importância do livro de Bernstein para a história do partido.

E assim, despedindo-se do modo de pensar do proletariado revolucionário, da dialética e da concepção materialista da história, pode Bernstein dar-lhes graças pelas circunstâncias atenuantes que concedem à sua conversão. Porque só a dialética e a concepção materialista da história, magnânimos que são, podiam apresentá-lo sob o aspecto de instrumento predestinado, inconsciente, por meio do qual se exprime o desfalecimento momentâneo da classe operária em ascensão, que, tendo-o visto de perto, depois o atira longe, com sarcasmos e balançando a cabeça.

⁸ Karl Marx, “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte”. In: Karl Marx/Friedrich Engels, *Werke*, vol. 8, Berlim, 1960, p. 118. Tradução brasileira: “O 18 Brumário, de Luis Bonaparte”, in *A revolução antes da revolução*, vol. II. São Paulo, Expressão Popular, 2009, pp. 211-212.